

# ASSESSORIA TÉCNICA NA TRÍPLICE FRONTEIRA E A ATUAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Por Tiago Bastos e Gabriel Cunha<sup>53</sup>

## Introdução

Pretendemos com este trabalho apresentar experiências que estão sendo gestadas dentro do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Integração Latino Americana (UNILA) no campo da Assessoria Técnica (AT) destinada a movimentos sociais e/ou grupos socioeconomicamente vulneráveis. O curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da UNILA almeja em seu perfil de egresso, em consonância com a proposta da universidade, profissionais com capacitação em enfrentar problemáticas sociais latino americanas. Dentro desse espectro de preocupações a competência da assessoria técnica como instrumento para a emancipação e empoderamento se faz fulcral. Iremos discutir as diferentes frentes que estão sendo empreendidas nos campos de pesquisa, extensão e estágio, com uma articulação com a sala de aula, que tem por intenção exercer o papel social da universidade de defesa dos direitos à cidade e ao território. O público alvo destas ações são grupos socioeconomicamente vulneráveis da classe trabalhadora e/ou territórios afro-latinos vítimas de racismo estrutural. As ações aqui descritas possuem ainda um importante componente no âmbito pedagógico: dão oportunidade aos acadêmicos de estabelecerem contato com a prática técnico/política da assessoria técnica com a orientação de professores com experiência no campo.

As Ações na área de assessoria aqui discutidas estão organizadas em duas linhas: a primeira em Assessoria de Projeto e a segunda em Assessoria para Construção.

No Projeto Pedagógico do CAU UNILA constam dois laboratórios cuja temática da assessoria técnica encontra mais respaldo, com enfoques distintos: O Laboratório Modelo em Arquitetura e Urbanismo (LMAU)

será o espaço de prestação de serviços técnicos à comunidade, sob a coordenação de professores do curso e com a participação de alunos que terão a oportunidade de experimentar uma prática profissional voltada para o atendimento de demandas públicas, coletivas ou comunitárias.(UNILA, 2014: p.17).

Por sua vez, o Laboratório de Práticas Formativas e Participativas em Arquitetura e Urbanismo (LAPRAU) volta-se à execução de práticas pedagógico-formativas voltadas à capacitação do público externo em questões relacionadas à área. Os dois laboratórios são calcados em práticas extensionistas, relacionando-se e desenvolvendo-se a partir do território e das demandas da comunidade externa. As frentes de ação no âmbito da assessoria técnica no CAU UNILA objetivam encetar e estruturar os dois laboratórios, ao mesmo tempo em que são envolvidos e fomentados pelos mesmos, uma vez que os laboratórios estão no PPC aprovado e se apresentam como espaços institucionais prementes e necessários.

---

<sup>53</sup> Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila - [tiago.bastos@unila.edu.br](mailto:tiago.bastos@unila.edu.br) e [gabriel.cunha@unila.edu.br](mailto:gabriel.cunha@unila.edu.br).

Ao iniciarmos o trabalho de assessoria técnica na universidade optamos pelo caminho da extensão. Duas ações de extensão foram cadastradas como a pavimentação do caminho de inserção dos serviços: a primeira, de 2013, denominada “*Cartografias do Devir no Quilombo Apepu: arquiteturas afro-latinas trabalhou com o Quilombo de Apepu*”, no município de São Miguel do Iguacu, Sudoeste do Paraná e a segunda, de 2016, denominada “*Assessoria Técnica em Arquitetura e Engenharia para Habitação popular*”. No caso da primeira, a aproximação com o quilombo se deu através de demandas de seis casas novas, já consubstanciada dentro dos parâmetros da política pública do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e a construção de um equipamento comunitário. A atuação de assessoria técnica se deu através do acompanhamento do grupo frente a entidades relacionadas a políticas públicas que se estabeleceram no local, assim como atividades pedagógicas de discussão dos espaços que estavam sendo propostos em linguagem mais acessível. Com o golpe de estado no governo federal do Brasil e a instauração do governo Temer os recursos do PNHR destinados ao quilombo sofreram um corte, reflexo do quadro que se repetia nacionalmente, e a assessoria tomou um rumo diferente: discute-se com a comunidade possíveis soluções dentro do cenário de recursos escassos. Definiu-se que seriam realizadas casas com tecnologias alternativas, tendo como horizonte a bioconstrução assessoradas pela equipe universitária, no entanto isso se daria em um processo um tanto quanto lento devido às investigações técnicas que o núcleo universitário ainda necessitaria realizar. Nesse ínterim o quilombo conseguiu negociar com a prefeitura municipal de São Miguel do Iguacu, município no qual seu território é pertencente, para a construção de casas mínimas em tecnologia tradicional. A assessoria passou, portanto, ao papel de novamente acompanhar e auxiliar no acesso à política pública. A segunda ação de extensão será debatida no tópico seguinte.



Figura 1: Mapa das ações de extensão discutidas neste trabalho

## Assessoria Técnica de Projetos – Terreiro

A trajetória de atuação em assessoria técnica seguiu-se com mais uma demanda vinda de um grupo no qual o debate étnico racial apresenta-se como essencial, o terreiro *Ilê Asé Oju Ogun Fumnilayó*. O terreiro em questão se configura como um polo regional de cultura de resistência negra, e importante ponto de cultura cadastrado em políticas públicas. Palco histórico de manifestações relacionadas à cultura afrodescendente e a promoção de debates acerca do combate à intolerância religiosa, de raça e de orientação sexual. A babalorixá do terreiro, Mãe Marina, é uma tradicional figura política da resistência dos povos e classes oprimidas de Foz do Iguaçu. Dentro desse contexto o povo de santo do Ilê em questão tem sido alvo de diversas perseguições policiais em cultos envolvendo atividades externas, assim como tem lidado cotidianamente com diversas formas de discriminação e racismo.

Recentemente o terreiro foi alvo de uma denúncia anônima no corpo de bombeiros que os põs em uma situação limite: Deveriam aprovar no Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná (CBPR) um Projeto de Combate contra Incêndio e Pânico ou enfrentariam uma interdição (estas exigências do Corpo de Bombeiros compõem um conjunto de trâmites para a efetiva regulamentação dos terreiros junto ao Estado e têm se tornado uma constante pelo menos desde a aprovação da Constituição de 1988). Historicamente os terreiros permaneceram na clandestinidade como forma de driblar a perseguição policial, sendo que as moradias construídas nos lotes dos terreiros funcionaram e ainda funcionam como o palco das manifestações religiosas. Isto é, o uso de edificações residenciais (geralmente dos familiares das mães e pais de santo) é o mecanismo que por muito tempo garantiu segurança à existência dos terreiros. Recentemente, as municipalidades resolveram pressionar pela regularização destes espaços, o que para muitos terreiros é entendido como uma prática persecutória, na qual a difícil burocracia e a dinâmica de constante mudanças na edificação própria dos terreiros criaria entraves à continuidade dos mesmos. Apesar disso, algumas comunidades de terreiros avaliam que as vantagens na regularização valem a pena, por possibilitar a criação de uma entidade jurídica com CNPJ, com a vantagem de obter isenção de IPTU para templos religiosos, garantida pela Constituição, ou mesmo o acesso a verbas do Ministério da Cultura para a promoção de eventos e das atividades religiosas.

O terreiro *Ilê Asé Oju Ogun Fumnilayó* já possuía o interesse na regularização e na criação de um CNPJ para obter maior amplitude em suas ações como pólo regional de cultura de resistência negra e diante da notificação dos bombeiros resolveram buscar apoio especializado para realizar o projeto. Como ocasional em grupos e movimentos sociais de baixa renda, não havia recursos para a contratação dos profissionais requeridos. Além disso, havia muito receio por parte dos interessados em contratar profissionais que não tivessem uma relação de confiança com a comunidade do Terreiro e a sensibilidade com as suas demandas espaciais, isto é, as adequações necessárias para atendimento das exigências da legislação do corpo de bombeiros deveriam dialogar com a dinâmica de uso e organização de todo o território constituído no terreiro. Não deveriam, portanto, ferir a dinâmica espacial própria das práticas religiosas em questão. As consultas das lideranças do terreiro com alguns profissionais da construção civil revelaram uma dificuldade de compreensão desta demanda, um distanciamento da realidade cotidiana do terreiro, o que motivou que a nossa equipe de docentes do curso tenha sido contatada para assumir a demanda. A participação de alguns professores do CAU Unila, além dos autores, em projetos com temáticas afro-latinas acabou

atraindo a atenção da comunidade do terreiro para encontrar uma assessoria mais afim a suas expressões culturais.



Figura 2: Levantamento Arquitetônico do Terreiro

Devido à alta complexidade técnica que um projeto de combate a incêndio e pânico possui a AT teve algumas especificidades. Estruturou-se assim a primeira atuação do LAMAU, embora esse não contasse e não conte com espaço físico. A demanda exigia reformulações, uma vez que o tempo lento da academia deveria se adaptar à realidade que se apresentava. Firmou-se um contrato de prestação de estágio obrigatório não remunerado dentro do LAMAU, possibilitando assim que este funcionasse mais como escritório técnico, respondendo demandas comunitárias ao mesmo tempo em que insere os estudantes em demandas reais de assessoria técnica da região. Duas equipes de estagiários já passaram pelo LAMAU e o projeto de combate a incêndio e pânico foi concluído, aguardando análise do CBPR. Ao fim do contrato dos estagiários realizamos o monitoramento e avaliação dos trabalhos e temos colhido respostas muito positivas dos acadêmicos que passaram pelo laboratório. Em linhas gerais os resultados dessas avaliações do laboratório e da atuação do LAMAU pelos estudantes tem destacado o espaço como uma possibilidade muito interessante de atuar no campo de assessoria técnica amparado por profissionais da área (docentes), e que esta atuação tem ampliando o interesse do alunado nessa possibilidade de atuação profissional.



Figura 3: Projeto de Central de gás de cozinha(GLP) e rampa acessível na entrada.

Diálogos do LAMAU têm sido feitos com diversos agentes sociais da região, mirando futuras parcerias e execução de demandas visando o empoderamento de grupos contra hegemônicos em situações de opressão sistêmica. Exemplos são as atividades iniciadas recentemente na

ocupação urbana Bubas, maior ocupação de terras urbanas do Paraná, em que as lideranças comunitárias estão estudando com o laboratório a assessoria para equipamentos comunitários, discutidas na seção seguinte.

Todas essas frentes de atuação esbarram em um obstáculo, muitas vezes, pouco transponível: recursos. Diante de um contexto de escassez de recursos públicos para políticas voltadas à autonomia, autogestão ou organização comunitária, muitas vezes os grupos recorrem ao auto financiamento de suas ações. Esse contexto de escassez recrudescer-se no governo Temer, uma vez que recentemente noticiou-se por parte do governo federal que não haveria previsão de recursos para habitação de interesse social voltado à faixa de zero a três salários mínimos no orçamento de 2018 (ROLNIK, 2017). Embora o governo tenha retrocedido neste último mês em relação à proposta, há a compreensão de que recursos para HIS não serão prioritários na atual gestão.

Políticas públicas voltadas à autogestão habitacional urbana, como o caso do MCMV-E, não foram os únicos alvos de cortes. O programa Nacional de Habitação Rural, PNHR, também recebeu severos cortes, destacando-se em nosso contexto regional o corte às populações quilombolas, o que gerou um contexto de extrema carência de recursos para as demandas supracitadas. Frente a esse cenário faz-se urgente resgatar algumas noções de autonomia. Autonomia aqui é compreendido segundo o conceito de LOPES DE SOUZA (2006). Segundo o autor não existem indivíduos autônomos (livres) e sim sociedades autônomas, que permitem o verdadeiro desenvolvimento do indivíduo e sua plena participação nos processos decisórios. Autonomia é, portanto, um conceito coletivo.

### **Assessoria Técnica de Construção – Bioconstrução na ocupação Bubas**

A assessoria de construção partiu do pressuposto de que os grupos assessorados não demandam apenas projetos arquitetônicos e afins, mas também a construção de edificações, sobretudo de moradias populares geralmente autoconstruídas. Ao contrário da atividade projetual cujo caráter é mais elitizado, reduto de especialistas de nível superior (arquitetos e engenheiros, principalmente) a atividade de construção faz parte da vivência e do cotidiano das populações de baixa renda, seja como experiência prática profissional adquirida pela venda da força de trabalho em empresas de construção, seja na prática informal da autoconstrução.

Em Foz do Iguaçu encontra-se a ocupação urbana Bubas, maior ocupação de terras urbanas do Paraná, desde 2013. No início de 2017 a ocupação conseguiu uma importante vitória: a decisão, em primeira instância, contrária ao pedido de reintegração de posse, impetrado pelo proprietário do terreno ocupado. A partir desta decisão, os autores estabeleceram uma nova frente de trabalho com as lideranças para atender às futuras demandas de assessoria técnica em construção, iniciando o primeiro curso-piloto no mês de agosto de 2017.

O princípio que tem guiado as intervenções das atividades de assessoria de construção neste curso-piloto foi a necessidade de suplantando a mera profissionalização e capacitação de atores (sem dúvida indispensável), almejando a socialização e construção dos saberes práticos da construção no canteiro de obras, com algum nível de autonomia em relação às técnicas e sistemas construtivos convencionais. A mera capacitação/treinamento dos atores perderia a potencialidade de promover o fortalecimento da autonomia nos grupos assessorados e

contribuir com a organização coletiva em torno da construção. Ainda que de forma parcial e limitada, a autonomia que se busca em nossa experiência de assessoria não está voltada apenas para redução de custos com materiais e mão-de-obra, mas principalmente para a construção de autonomia técnica/tecnológica. Isto é, pretendemos mostrar à(s) comunidade(s) atendida(s), durante os momentos formativos de aquisição/socialização/construção de saberes teórico-práticos, a urgência de repensar os sistemas construtivos empregados atualmente como construções sociotécnicas não-neutras, formatadas para fins de lucro e de interesses empresariais da construção civil, principalmente.

Para Andrew Feenberg (1999) as tarefas essenciais atualmente no tocante à tecnologia são a revisão cognitiva da tecnologia e a promoção da democratização tecnológica. O poder decisório sobre a produção tecnológica hoje se encontra concentrado em grandes corporações e está programada para atender interesses empresariais, seguindo uma racionalidade própria a serviço do capital. Por tal motivo, a tecnologia deve ser debatida sob uma perspectiva crítica, pois segundo Feenberg, a tecnologia é “ambivalente”. Dito de outra forma, os artefatos e sistemas podem ser projetados tanto para sustentar e reproduzir a ordem social existente como para subvertê-la e encaminhá-la em outra direção (FEENBERG, 1999: 76).

Mais especificamente com relação às tecnologias construtivas convencionais, cabe resgatar a reflexão de Sérgio Ferro (FERRO, 1979) sobre as relações de produção no campo da construção civil e de (SANTOS, 2008) sobre a história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia no Brasil, algo sem paralelo em outros países. Ambos autores revelam, cada um a sua maneira, que por trás da conveniência do uso deste material nas circunstâncias brasileiras, entendida amplamente como processo natural, esconde-se o fato de que esta hegemonia foi fruto de inúmeros fatores que vão desde os currículos dos cursos de arquitetura e engenharia civil, da organização profissional, até as normas técnicas e uma intensa campanha publicitária, ao longo de décadas, que contribuíram para aumentar a defasagem entre prática construtiva e conhecimento técnico, desqualificando os trabalhadores da construção. É necessário, portanto, pensar na reprogramação tecnológica da construção civil. Em nossas atividades de assessoria pretendemos mostrar aos moradores participantes que a autonomia técnica/tecnológica deve necessariamente rever e repensar a naturalidade dos sistemas construtivos convencionais e a forma manufatureira de construção, e o papel que têm desempenhado na desqualificação dos trabalhadores da construção e no desenho da cadeia produtiva da construção civil.

Desta forma, começamos a somar em nosso repertório de soluções técnicas comumente denominadas de “bioconstrução”, entendidas como sinônimo de construção com materiais naturais, sobretudo as técnicas e tecnologias de construção em terra crua, capazes de estimular um circuito alternativo de organização e divisão do trabalho. Tendo como suporte investigações tecnológicas que ocorrem paralelamente à resposta às demandas populares emergentes<sup>54</sup> o curso em desenvolvimento no Bubas já aborda tais técnicas, realizando fundações em solo cimento (finalizado) e paredes em taipa de pilão (a iniciar), conforme figura 4 e 5:

---

<sup>54</sup> Como resultados parciais destas investigações destacamos: a caracterização do solo da região pelo método empírico de NEVES (2005), muito útil para o entendimento de princípios da construção com terra crua; a realização de protótipos de técnicas de terra mais adequadas ao solo da região; a formatação de cursos voltados à bioconstrução – estes últimos ligados essencialmente ao LAPRAU após seu maior desenvolvimento.



Figura 4: Etapas de produção da fundação em solo cimento



Figura 5: Forma Taipa de pilão e execução de teste

na Unila

Para todas as possibilidades tecnológica desvela, existe demanda entre os grupos assessorados para o uso das técnicas. O interesse dos grupos tem se revelado, sobretudo, devido à independência financeira que a construção em que essa investigação terra crua possibilita, envolvendo a não ligação a agentes da construção civil, à rede industrial de materiais, à dependência de recursos externos para a realização das obras demandadas. Acresce-se a isso o fato de que a ocupação é, necessariamente, uma condição provisória de moradia para a qual as técnicas alternativas se tornam mais adequadas, uma vez que o morador não necessariamente permanecerá morando ali naquele local (seja por uma eventual reintegração de posse, seja pelas possíveis mudanças causadas pelo planejamento urbano definitivo do bairro após a vitória na justiça).

Com o quadro apresentado esperamos contribuir para: O fortalecimento da temática da assessoria técnica no ensino local e no vínculo com os agentes sociais da tríplice fronteira. A maior afirmação da autonomia e empoderamento dos assessorados com um diálogo de saberes.

## Referências

FEENBERG, A. **Questioning Technology**. Nova York, Routledge, 1999.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

NEVES, Célia et al. Seleção de solos e métodos de controle na construção com terra—práticas de campo. **PROTERRA/CYTED, IV SIACOT/III ATP**, 2005.

ROLNIK, Raquel. **Governo propõe zero reais para moradia popular em 2018**. Set. 2017.

Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/09/18/governo-propoe-zero-reais-para-moradia-popular-em-2018/>>. Acesso em: 20 out. 2017

SANTOS, Roberto Eustáquio dos. **A Armação do concreto no Brasil. História da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia**. Belo Horizonte: Tese doutorado UFMG, 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Bertrand Brasil, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Foz do Iguaçu, 2014.